



**QUANDO LEGISLATIVOS MUNICIPAIS FORNECEM ESPAÇO PARA  
CONVERSAÇÃO ONLINE: UM ESTUDO DOS COMENTÁRIOS EM LIVES DAS  
SESSÕES PARLAMENTARES NO FACEBOOK**

**WHEN CONNECTED MUNICIPAL LEGISLATIVES HAVE ONLINE  
CONVERSATION SPACE: A STUDY OF THE COMMENTS ON THE LIVES ON  
FACEBOOK OF PARLIAMENTARY SESSIONS**

**CUANDO CASAS LEGISLATIVAS MUNICIPALES CONECTADAS PERMITEN  
CONVERSACIÓN ONLINE: UN ESTUDIO DE LOS COMENTARIOS EM LAS  
SESIONES PARLAMENTARIAS TRANSMITIDAS POR FACEBOOK**

Paula Andressa de Oliveira<sup>1</sup>  
Michele Goulart Massuchin<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo discute as conversações *online* em espaços monitorados pelo legislativo municipal que ocorrem durante as *lives* das sessões parlamentares transmitidas pelo *Facebook*, tendo como recorte cinco municípios paranaenses: Laranjeiras do Sul, Araucária, Cascavel, Maringá e Curitiba. A análise em pírca compreende um *corpus* de 305 comentários. O artigo considerou a quantidade de comentadores, o tema presente nos comentários, a interação da câmara com o público, o tipo de abordagem dos comentadores, o julgamento moral, a ênfase em disputas políticas, a postura do comentador, a estratégia persuasiva dominante, a reflexividade e tipos de comentários. A análise partiu do pressuposto de que se trata de um momento importante de discussão de temas de interesse público, sendo relevante a proximidade entre representantes e representados. Os resultados indicaram uma conversação com grau considerável de informação, envolvimento com os temas das *lives* e baixos resquícios de radicalização.

**Palavra-chave:** Legislativo Municipal; Conversação Online; *Facebook*; Sessões Parlamentares.

**Abstract:** The article discusses the online conversations in spaces monitored by the municipal legislature that occur during the *lives* of the parliamentary sessions transmitted by Facebook, having as a cut five Paraná municipalities - Laranjeiras do Sul, Araucaria, Cascavel, Maringá and Curitiba, totaling in the empirical analysis 305 comments. The article considered the number of commentators, the topic present in the comments, the interaction of the House with the public, the type of commentators' approach, the moral judgment, the emphasis on political quarrels, the commentator's stance, the dominant persuasive strategy, the reflexivity and types of comments. The analysis is based on the assumption that this is a relevant moment for discussion of topics of public interest, being the proximity between representatives and represented relevant. The results indicated a conversation in this space with considerable information and low remnants of radicalization.

**Keywords:** Municipal legislature; Online conversation; Facebook; Parliamentary Sessions.

**Resumen:** El artículo discute las conversaciones online en espacios monitoreados por la legislatura

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5568-1139>. E-mail: [paulaandreolioliveira@gmail.com](mailto:paulaandreolioliveira@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e do Departamento de Comunicação (DECOM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP/UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7918-4487>. E-mail: [mimassuchin@gmail.com](mailto:mimassuchin@gmail.com)

municipal y que ocurren, especialmente, durante las *lives* de sesiones parlamentarias transmitidas por Facebook, teniendo como corte cinco municipios de Paraná: Laranjeiras do Sul, Araucária, Cascavel, Maringá y Curitiba, totalizando el análisis empírico de 305 comentarios. El artículo consideró el número de comentaristas, el tema presente en los comentarios, la interacción de la cámara con el público, el tipo de enfoque de los comentaristas, el juicio moral, el énfasis en las disputas políticas, la postura del comentarista, la estrategia persuasiva dominante, la reflexividad y tipos de comentarios. El análisis se basó en la suposición de que este es un momento relevante para la discusión de temas de interés público, siendo la proximidad entre representantes y representados relevantes. Los resultados indicaron una conversación con considerable información y bajos comentarios con radicalización.

**Palabras clave:** Legislativo Municipal; Conversación Online; Facebook, Sesiones Parlamentares.

## 1 Introdução

Como se dão as conversações online entre cidadãos paranaenses quando estes estão conectados com o legislativo municipal a partir das sessões plenárias transmitidas pelo Facebook? Está é a pergunta que norteia a pesquisa apresentada neste artigo e será respondida na parte empírica do texto, com base na análise do conteúdo dos comentários das *lives*. A discussão proposta parte do pressuposto de que com a apropriação da internet por agentes políticos e instituições públicas – como é o caso das Câmaras Legislativas – é possível observar novos espaços de diálogo que podem aproximar os cidadãos das decisões políticas (LESTON-BANDEIRA, 2018). A transmissão das sessões gera diminuição da distância entre representantes e representados e, conseqüentemente, suscita a melhora dos mecanismos de *accountability*, transparência e relacionamento.

Instituições diversas – públicas, privadas e do terceiro setor – podem incluir mecanismos digitais para aproximar-se dos cidadãos, sendo que uma delas são os legislativos municipais. No Paraná, em 2019, 118 das 399 Câmaras municipais apresentavam página no Facebook (OLIVEIRA, 2019). Além disso, diversas pesquisas mostram os esforços das instituições políticas em ocuparem os espaços online, seja pelas redes sociais (MARQUES; MIOLA, 2019) ou pelos próprios websites (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2015). Diferente do legislativo estadual e federal, que possuem alternativas para mediar a comunicação com os cidadãos, como é o caso da TV legislativa (BARROS; BERNARDES, 2009), no caso dos municípios a internet acaba substituindo outras mídias parlamentares para fazer com que haja proximidade e que os acontecimentos e as decisões do espaço político possam adentrar o espaço público.

Nesse sentido, este artigo apresenta uma análise de conteúdo dos comentários presentes em *lives* das sessões ordinárias de cinco Câmaras Municipais do Paraná no *Facebook*, sendo duas *lives* de cada instituição: Laranjeiras do Sul, Araucária, Cascavel, Maringá e Curitiba. Ao todo são 305 comentários feitos em 10 *lives* no total transmitidas entre agosto e setembro de 2019, os quais são observados a partir das variáveis previamente selecionadas e adaptadas a partir da literatura: quantidade de comentadores, o tema presente nos comentários, interação da câmara com público, tipo de abordagem dos comentadores, julgamento moral, ênfase em disputas políticas, postura do comentador, estratégia persuasiva dominante, reflexividade e tipos de

comentários. Assim, discute-se como que uma ferramenta que evidencia a transparência das decisões legislativas também pode promover o debate com os cidadãos. A proposta do texto, portanto, é entender as características do diálogo entre cidadãos e seus representantes ou, até mesmo, entre os próprios cidadãos, quando o objetivo da página é, justamente, oferecer mais visibilidade aos atos do legislativo, transmitindo as sessões e disponibilizando o conteúdo ao público.

As sessões representam um momento em que se discutem temas de interesse público e pode haver uma aproximação ainda maior e mais importante entre representantes e representados, por isso este recorte do conteúdo de análise. Aqueles que não podem ter acesso presencial às sessões podem assistir e interagir com elas quando as instituições – neste caso as Câmaras – optam em criar espaços online e fazer transmissões. No entanto, essa aproximação e diálogo instantâneo, por meio da esfera digital, pode se dar de forma distinta, a partir de aspectos deliberativos ou não, presentes nas conversações por meio dos comentários.

Dessa forma, compreende-se que as páginas das Câmaras se colocam como um espaço que promove, em certa medida, a transparência, tal como expõe Barreto (2019). Isso porque a transmissão online das sessões, por exemplo, que substitui a TV no caso dos municípios, também amplia o acesso às decisões políticas tomadas pelos representantes. Soma-se a isso, o fato de que as páginas do *Facebook* possuem um adicional em comparação com as TVs, que é a possibilidade da interação por meio dos comentários. Além disso, é importante observar uma contribuição às pesquisas sobre o legislativo, que ainda tem menor espaço nas discussões na Comunicação e Política, reiterando Barros, Bernardes e Rodrigues (2015).

O segundo tópico deste artigo, após esta introdução, trata dos legislativos midiatisados, fazendo uma breve descrição das transformações ocorridas visando aproximar representantes e representados desde o formato tradicional à esfera digital. A terceira parte faz um apanhado sobre as redes sociais como espaço de disponibilização de informação e conversação online nos espaços das redes sociais. Após a parte teórica, tem-se, então, as etapas seguintes que abrangem a abordagem metodológica e a análise dos dados. Na sequência, apresentam-se as conclusões sobre a pesquisa.

## **2 Legislativos midiatisados: do formato tradicional à esfera digital**

O poder legislativo municipal está caracterizado por sua proximidade com as demandas cotidianas da cidade. A representação democrática exercida por meio dos mandatos está atrelada aos interesses da comunidade, sendo o referido poder responsável por representar a população em plenário, trazendo os anseios cotidianos ao debate. Contudo, não é raro que o protagonismo do executivo municipal, liderado pela figura do prefeito, ofusque o trabalho dos vereadores, dada a supervalorização das entregas de obras, serviços, projetos e programas de governo, conforme relatado por Silva e Christopoulos (2013).

Além disso, inúmeras vezes o legislativo municipal está atrelado à ideia de um lugar de negociações clientelistas para manutenção de redutos e não como um espaço no qual devem ser representados os anseios dos cidadãos no âmbito municipal (SILVA; CHRISTOPOULOS, 2013). De forma similar, na pesquisa ainda são escassos estudos sobre a esfera legislativa municipal, visto que parte significativa dos trabalhos observa ou o Poder Executivo, incorporando principalmente os grandes centros, ou o legislativo estadual ou federal, como alguns trabalhos já mostram (SILVA; CHRISTOPOULOS, 2009; MARQUES; MIOLA E BARROS, 2014; BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2015).

Neste contexto, uma das formas de dar mais visibilidade e melhorar a imagem do legislativo municipal é por meio da comunicação feita pela mídia legislativa, seja no formato tradicional – como no caso das TVs – ou digital – por meio de sites, blogs e redes sociais. Segundo Campos-Domínguez (2014), desde as origens das instituições políticas, tem-se a interferência das tecnologias nas atividades e no modo de atuação dos parlamentares. Isso fez com que os meios de comunicação sempre fossem responsáveis por fazer a mediação entre os cidadãos e seus representantes, sendo que estes sempre estiveram atentos aos seus discursos e formas de atuação. A internet apenas trouxe um adicional que é a exigência de um novo ritmo de difusão de informação (CAMPOS-DOMÍNGUEZ, 2014).

Na literatura internacional, os trabalhos de Leston-Bandeira (2017; 2018), Aitamurto e Chen (2017), Bernardes e Bandeira (2016), Pečarič (2017), Ranchordás e Voermans (2017) e Asher & Bandeira (2019) mostram algumas reflexões sobre comunicação digital e legislativos, além da participação política e cidadã na internet, que passou a desempenhar um papel mais representativo na vida pública. Nesse âmbito temos a contribuição de Brooke (2016) citando de que maneira a tecnologia e a transparência tanto favorecem a democracia como podem ser usadas pelo Estado para vigiar e retirar o poder dos cidadãos.

A partir das novas ferramentas de comunicação, no entanto, o legislativo colhe frutos dos ganhos democráticos propiciados pelas ferramentas do meio online a partir de diferentes perspectivas, porém todas elas se encaminham para a construção da imagem pública, visto que podem oferecer maior visibilidade e estabelecimento da construção da imagem dos parlamentos (MITOZO, 2018). Esse benefício é estendido ao legislativo dos municípios, dada a popularidade e acesso à internet às mais diversas camadas da população, que agora podem participar do processo de forma mais efetiva oferecendo sugestões, fazendo críticas e fomentando o debate online por meio, especialmente, das redes sociais. Menciona-se que tanto os próprios representantes (MARQUES; AQUINO; MIOLA, 2014; ANDRÉS, 2014) quanto as instituições (PORTILLO; FERNÁNDEZ, 2013) se fazem presentes nestes espaços.

Destaca-se, neste viés, que a inserção dos legislativos nos ambientes online permite maior proximidade com o próprio conceito de comunicação pública. Conforme Brandão (2009), a comunicação pública vem para integrar a vida política em sociedade, não sendo um poder em si,

mas o resultado do poder do cidadão organizado. Barros e Bernardes (2011) reforçam que uma das dificuldades no Brasil é fazer com que a comunicação pública seja colocada em prática, já que a comunicação das instituições públicas sempre foi muito verticalizada. Dentro dessa perspectiva, Leston-Bandeira (2018) traz uma reflexão acerca do debate político no ambiente online, o que pode ser uma contribuição para reforçar o caráter de interatividade da comunicação pública. Para a autora, que estuda o parlamento, a internet é um meio de comunicação essencial para que o debate possa chegar aos variados segmentos sociais, ainda que muitos dos possíveis usos democráticos ainda permaneçam em fase de experimentação. Em seu estudo a autora observa a importância dada ao legislativo neste campo, com a convicção de que a internet pode permitir uma participação ampliada dos cidadãos na política (LESTON-BANDEIRA, 2018).

Conforme Recuero (2014), os atores sociais – nisto estão incluídos políticos e instituições do Estado, em seu caráter institucional – passaram a se apropriar das mídias digitais para serem lembrados pelo público, propondo ideias, debatendo pautas e apresentando seu trabalho, podendo receber elogios e críticas. Este fato está ligado também ao proposto por Maia, Gomes e Marques (2011), enfatizando a provocação dos meios digitais aos agentes e instituições do Estado, com intuito de aproximarem o Poder Público da esfera civil, dada a praticidade e a comodidade oferecidas pela comunicação neste espaço. Williamson e Fallon (2011) argumentam que as práticas de comunicação digital podem tanto alterar o modo como a comunicação é praticada pelas legislaturas como a forma pela qual se dão os processos internos das casas legislativas. Transmitir as *lives*, neste sentido, pode não apenas trazer diálogo, mas mudar a forma como os políticos usam a tribuna.

Também deve-se levar em consideração as dinâmicas estabelecidas nestes espaços, a exemplo das *lives* do Facebook e seus benefícios, como eficácia, baixo custo, alcance e interatividade, o que pode substituir a ausência das TVs legislativas nos municípios que, segundo Barreto (2019), representam um espaço para fomentar a transparência e, também, para oferecer conteúdos mais completos sobre os trâmites legislativos se comparado com a cobertura episódica e pouco contextualizada dos profissionais das empresas jornalísticas.

E, muito além de manter-se no poder, o aperfeiçoamento do trabalho legislativo surge como um reforço para despertar a consciência em representantes e representados quanto ao seu papel na esfera política, embalados pelo impacto representado pela transparência dos atos, especialmente no meio online, o que foi descrito por Marques e Mitozo (2019). Isso reforça a dimensão interativa da internet, que ultrapassa a capacidade dos media tradicionais, uma vez que estão cada vez mais populares e acessíveis. Por isso, é importante analisar o uso das redes sociais considerando tanto seu potencial para distribuir informação como a possibilidade de conversação, o que será discutido na sequência.

### **3 Redes sociais como espaço de disponibilização de informação e conversação online**

Os sites de redes sociais, partir do conceito de boyd e Elisson (2008), permitem conexão entre atores. No entanto, no âmbito político, têm sido usados para uma infinidade de funções para além desta. Inclusive, durante muito tempo, os próprios políticos evitavam processos de interação e relacionamento com os cidadãos (STROMMER-GALLEY, 2000). Isso tem mudado e alguns estudos mostram um cenário mais promissor neste processo de relacionamento, ao menos durante períodos eleitorais (AGGIO, 2015). O problema é que em muitos casos não há predisposição dos representantes para interagir com o público, mesmo quando há ferramentas disponíveis (MENDONÇA; PEREIRA, 2018).

Porém, para além do diálogo, as redes sociais digitais trazem o aumento da circulação da informação eleitoral, um novo mecanismo para formação da imagem pública (MARQUES; AQUINO, MIOLA, 2014) e até um espaço para oferecer transparência e *accountability* (KLENK; PRUDENCIO, 2018; MASSUCHIN; SILVA, 2019), entre outras finalidades já destacadas tanto pela literatura nacional citada acima quanto pela discussão em âmbito internacional (AITAMURTO; CHEN, 2017; BERNARDES; BANDEIRA, 2016; PEČARIČ, 2017). Dentre os achados relevantes, os trabalhos mostram a maneira como os parlamentos investiram em engajamento público na última década - visando facilitar o envolvimento de várias maneiras (BANDEIRA, 2018; VROMEN, 2017) – e também sobre os efeitos radicais que o surgimento das mídias sociais e da política digital teve no modo como as organizações mobilizam e organizam os cidadãos para a participação (RANCHORDÁS; VOERMANS, 2017; ASHER; BANDEIRA, 2019). Outro importante dado discute como a Internet passou a desempenhar um papel maior na política, tendo havido um crescente interesse acadêmico em como as mídias digitais estão alterando a forma de fazer política, colocando em competição as hipóteses de inovação e normalização no centro do debate em termos de como os políticos se comunicam e o nível de influência que estão alcançando (KARLSSON, 2018).

No caso das Câmaras Municipais, todas essas funcionalidades podem ser apropriadas, sendo que a disponibilização de informação ganha relevância – especialmente no caso das transmissões das sessões – associada à possibilidade de gerar conversações entre cidadãos, o que pode oportunizar resultados mais efetivos no que tange às características deste diálogo. Neste sentido, para estas instituições é possível aproximar representantes e representados e, ao mesmo tempo disponibilizar informação que promove, inclusive, mais transparência pública.

O primeiro aspecto relevante das redes sociais digitais é seu o papel no processo de circulação de conteúdos que passam a ganhar uma dimensão mais ampla a partir, principalmente, do compartilhamento dos conteúdos. Essa discussão sobre a circulação é bastante discutida no âmbito jornalístico, já que as instituições produtoras de notícias, da mesma forma, usam este espaço para distribuir conteúdo de maneira mais rápida e ampla (HERMIDA, 2010; HONG, 2012). No caso da esfera política, quando as instituições disponibilizam conteúdos nas redes

sociais, tal como o *Facebook*, por exemplo, elas também fazem com que esse conteúdo chegue à mais cidadãos. Outro ponto positivo desta dinâmica informacional é que tal espaço oferece autonomia já que os conteúdos não passam pelos *gatekeepers* da produção das notícias. Muitas vezes, as redes sociais servem como um atalho para os sites das instituições, atuando como uma “ponte” que leva o cidadão para conteúdos mais amplos e aprofundados do que meros *teasers* das postagens.

No caso específico das transmissões das sessões, a informação ofertada aos seguidores tem duas contribuições bastante efetivas: a aproximação entre representantes e representados porque os primeiros passam a conhecer as decisões e posicionamentos dos segundos, permitindo um acompanhamento da gestão; e, por fim, a possibilidade de tornar os processos políticos mais transparentes, usando-se do mesmo argumento de Barreto (2019), quando a autora fala sobre os canais de televisão das casas legislativas. Quando se fala em informação disponível trata-se de oferecer material para que os representados sejam capazes de controlar de maneira mais eficaz o que se faz na esfera política (BERLOT; TAEGER; GRIMES, 2010).

Por outro lado, apesar da resistência de interação, cada vez mais os cidadãos têm ocupado as possibilidades de discussão que lhes são apresentadas. Desse modo, os diálogos dos seguidores ganham centralidade porque as plataformas tornam-se uma nova arena de discussão que pode favorecer o debate sobre temas de interesse público, também servindo de termômetro aos agentes políticos. Embora não seja um fórum do Orçamento Participativo ou de uma discussão no Portal e-Democracia da Câmara Federal, o *Facebook*, por exemplo, oferece espaço para comentários.

Para Graham (2008), tais ferramentas fomentam a conversação política cotidiana, mais informal, tão importante para a esfera pública quanto os próprios espaços específicos para discussões referenciados acima. Para o autor, a conversação política online pode estar nos mais variados espaços e isso não deve ser negligenciado (GRAHAM, 2008). É importante mencionar que no caso do uso que instituições políticas fazem de redes sociais, há um misto entre espaços deliberativos e espaços não-políticos de conversação cotidiana, já que são instituições da esfera política que se apropriam de tal espaço com finalidades relacionadas à esta esfera. Isso pode ser um fator, inclusive, gerador de um diálogo mais próximo daquele encontrado em espaços formais que informais.

As conversações nas redes sociais digitais, no entanto, vão além da relação unidirecional quase sempre sem resposta. Isso porque este espaço permite uma interação ampliada que passa da relação entre instituição e público, transcendendo da comunicação “*one-way*” para tornar-se “*three-ways*”, envolvendo inclusive os públicos – separados geograficamente - em um processo dialógico com mais participantes e não apenas um emissor e um receptor (FERBER; FOLTZ; PUGLIESE, 2007). Inclusive, como já ressaltado, as instituições nem sempre estão abertas ao diálogo e sequer respondem os comentários, nos casos das redes sociais digitais.

Algumas características marcam os espaços não-políticos, segundo Wright (2012). É o caso de não precisar compartilhar do mesmo ambiente físico, mas sim do interesse por questões em comum. Além disso, não há problema em ser uma rede social. O acesso e a inclusividade também são importantes (WRIGHT, 2012) e, neste sentido, as redes sociais acabam por facilitar uma arena de conversação não-política para, no caso deste estudo, ter acesso e discutir sobre decisões do legislativo municipal.

O maior problema, por outro lado, tem sido as características desses espaços que, por vezes, não permitem um diálogo tão profícuo. O processo de debate público e as características dos comentários ficam distantes do modelo normativo habermasiano, segundo o qual seria necessário, dentre outras coisas, considerar o argumento dos outros para chegar a um consenso (DAHLGREN, 2009) e diversos outros elementos elencados nas abordagens metodológicas (JANSSEN; KIES, 2004). Muitas vezes não se tem progresso nas discussões e, nem mesmo, consideração em relação ao conteúdo publicizado pelas páginas, no caso de comentários do Facebook (CERVI, 2013) ou tem-se muito mais um monólogo do que um diálogo. Muitas vezes, em certos casos, quando se trata de temas mais específicos, pode haver a dominância da conversação por atores denominados como *superposters* (CAPONE et al, 2017).

No entanto, as releituras e os ajustes teórico-normativos ampliaram as possibilidades de considerar processos mais ou menos deliberativos, incluindo casos como de comentários, fora de espaços regrados. A falta de consenso, por exemplo, não deixaria a conversação menos relevante e Wright (2010) sugere, inclusive, que as práticas de debate cotidianas devem fundamentar a teoria da deliberação já que elas são frequentes e recorrentes, as vezes mais do que espaços que contemplem todos os pressupostos deliberativos. Neste sentido, comentários nas transmissões das sessões passam a ser relevantes para compreender o interesse do público e a relação entre representantes e representados.

De todas as questões que podem interferir no debate, no caso das redes sociais não se tem com tanta ênfase o que a literatura nomeia como *like minded* (BERROCAL; CAMPOS-DOMINGUES; REDONDO, 2014). Chama mais a atenção características como o respeito e a civilidade entre os atores da conversação ou, ao menos, a predisposição para ouvir o “outro”. Se as formas de abordagem passam a ser incivilizadas, contrárias aos valores democráticos, tem-se um distanciamento do processo de deliberação e a emergência do radicalismo no debate (AMOSSY, 2011). Em uma plataforma mais ampla, diversa e não formal, em termos políticos, há chances de reunir seguidores que partem de posições políticas e ideológicas distintas, especialmente quando se trata de conversação política. Por isso, além da importância da argumentação, enfatizada por Habermas (1997), “é importante considerar a ação da escuta como fundamental para o debate” (YOUNG, 1996, p.130). Compartilhando essa perspectiva de Young (1996), aplicada aos ambientes digitais e suas possibilidades de debate, quando não se ouve o “outro” no processo de conversação, aproxima-se do que se tem denominado como radicalização.



A presença de radicalização é mais provável de ocorrer em arenas digitais do que em conversações *offline*s, pois, se antes o "diferente" estava em espaços distintos e isolados, a internet permitiu que eles se encontrassem e conversassem entre si. A presença da radicalização dificulta o debate, pois representa a falta de vontade do comentarista de ouvir o outro e, com isso, tentar encerrar a discussão com seu ponto de vista e, muitas vezes, de maneira incivil. Assim, isso acaba levando a um alto grau de incivilidade e, também, praticamente nenhuma possibilidade de argumentação porque não há, sequer, predisposição de considerar a presença do "outro". Neste caso, não há nem consenso e nem contestação porque o processo dialógico não é produtivo. O ponto problemático, portanto, é o confronto que deixa de ser controverso para transformar-se em *flames* com discurso de ódio, termos desrespeitosos, racistas, preconceituosos, homofóbicos, entre outros. Aqui não se está considerando nem mesmo as mensagens mais rudes, já que Papacharissi (2004) argumenta que há diferenças entre mensagens sem polidez e incivis. Quando se fala em radicalização do debate, a atenção recai sobre a falta de civilidade porque os comentários acabam mais carregados de características que demonstram uma associação à ausência de valores democráticos.

#### **4 Abordagem metodológica da pesquisa**

No presente artigo são analisados os comentários disponíveis em *lives* de cinco municípios dos 118 mapeados em que as Câmaras possuem páginas no Facebook<sup>3</sup>, sendo selecionados: Laranjeiras do Sul, Araucária, Cascavel, Maringá e Curitiba. Todos são municípios paranaenses, o que se justificou pelo recorte de uma pesquisa mais ampla da qual esta faz parte. Os casos foram selecionados conforme o número de habitantes estabelecidos pelo IBGE, divididos entre pequena cidade, com até 50 mil moradores, sendo selecionado o município de Laranjeiras do Sul; cidade média, com até 300 mil habitantes, representada por Araucária; cidade média-grande, de 300 a 500 mil habitantes, a partir de Cascavel; cidade grande, de 500 mil a 1 milhão de habitantes, sendo Maringá, e metrópole, com mais de 1 milhão de moradores<sup>4</sup>, Curitiba. Além dessa representação pelo tamanho do município, era preciso que as páginas fizessem *lives* das sessões, já que nem todos os 118 com página da Câmara no Facebook tem este mecanismo disponível aos cidadãos, apenas 65 fazem *lives* delas.

O *corpus* de análise também foi construído a partir de um recorte temporal de dois meses. Assim, foram selecionadas as duas transmissões ao vivo com maior engajamento no formato de comentário de cada município previamente escolhido no período entre agosto e setembro de 2019. Este critério gerou um total de 305 comentários disponíveis em dez diferentes *lives*, sendo duas

---

<sup>3</sup> O mapeamento foi feito previamente, com dados relatados no *paper* apresentado no 3º Workshop em Comunicação e Comportamento Político, Mídia e Opinião Pública.

<sup>4</sup> Com 423 mil habitantes, Maringá representa município médio-grande, conforme considera o IBGE. Por outro lado, além de Curitiba, o Estado do Paraná não contém municípios com mais de 500 mil habitantes, representando os grandes municípios. Maringá foi então alocada nesta categoria por ser a cidade mais próxima do pressuposto.

de cada instituição. As transmissões de Laranjeiras do Sul tiveram 59 comentários; Araucária 192; Cascavel 10, Maringá 22 e Curitiba 22. A análise empírica da pesquisa teve auxílio do site *Export Comments*<sup>5</sup>, com o qual foram extraídas as conversações.

A abordagem de análise foi inspirada, principalmente, em livros de códigos propostos por Rizzotto, Ferracioli e Braga (2017) e Massuchin, Mitozo e Cavassana (2017), com algumas apropriações para este estudo, como no caso da criação de algumas variáveis e categorias que dessem conta do objeto analisado. Assim, o livro de codificação usado continha as seguintes variáveis e categorias para a análise do potencial deliberativo de conversações cotidianas: o tema presente nos comentários, interação da câmara com público, tipo de abordagem dos comentaristas, julgamento moral, ênfase em disputas políticas, postura do comentarista, estratégia persuasiva dominante, reflexividade e tipos de comentários. Todas elas tinham categorias excludentes entre si e a codificação foi realizada por uma única pesquisadora.

É importante ressaltar que, apesar de os dados terem sido extraídos por meio de um site, a coleta foi realizada de forma manual, permitindo a leitura de todos os comentários e observação detalhada da opinião dos comentaristas. Dessa forma, mesmo com auxílio técnico, a observação do conteúdo foi possível a partir da categorização das variáveis e medição do debate<sup>6</sup>. Vale lembrar que os comentários selecionados contemplam o debate entre os cidadãos, não havendo envolvimento dos parlamentares nas conversações e pouca interação, inclusive, dos parlamentos.

## **5 Análise dos dados: conversação em espaços do legislativo**

Este tópico do artigo apresenta e discute os dados com base nos pressupostos teóricos previamente apresentados. A primeira das variáveis analisada observa a relação com a presença de superposters<sup>7</sup> nos comentários. A importância em observar este fenômeno – já observado em processos de conversação em experiências brasileiras (CAPONE et al, 2017) – está no fato de que haveria uma “falsa” ampliação da conversação, a qual ficaria restrita entre poucos agentes participantes. No entanto os dados apresentados pela tabela abaixo mostram que, de fato, nas transmissões das sessões há uma pluralidade de atores que participam por meio dos comentários.

---

<sup>5</sup> Embora a ferramenta contenha limitação de até 500 comentários por análise, seus mecanismos deram conta do tema proposto neste artigo.

<sup>6</sup> É importante mencionar que como não se trata de uma pesquisa comparativa, os dados são analisados de forma agregada, sem considerar similaridades e divergências entre as pautas e características das sessões que, eventualmente, poderiam ter resultado em uma quantidade distinta de comentários entre uma *live* e outra.

<sup>7</sup> Termo utilizado para usuários com número de postagens acima da média.

**Tabela 1 – Tema dos comentários**

<b>Número de comentários realizados</b>	<b>Quantidade de comentadores</b>
19 comentários	1
14 comentários	1
13 comentários	1
12 comentários	2
11 comentários	1
10 comentários	1
9 comentários	1
8 comentários	4
6 comentários	3
5 comentários	3
4 comentários	4
3 comentários	6
2 comentários	21
1 comentário	64

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Os dados apresentam pouca incidência de usuários com postagens recorrentes, uma vez que há somente sete comentadores superativos que poderiam dominar o debate com mais de 10 comentários entre os 305 totais. Por outro lado, há participação múltipla, com 113 comentadores diferentes para os 305 posts, dado que pode enfatizar a baixa concentração de vozes nos temas em discussão e uma amplitude da participação dos cidadãos (CAPONE et al, 2017). Isso demonstra, dentre outras coisas, que além dos cidadãos usufruírem do mecanismo oferecido para dialogar sobre as sessões, há espaço para uma diversidade deles, o que reforça a proposta das *lives*.

O segundo critério de análise está relacionado aos temas dos comentários das *lives*. As categorias foram criadas a partir dos principais tópicos previamente identificados em cada uma das cinco páginas analisadas, conforme a tabela 2. A partir desta tabela, 44% dos comentários apresentam cumprimentos ou apresentação pessoal, a categoria Trâmites Legislativos, diretamente relacionada às leis e às ações do Poder Legislativo apareceram em 34% das discussões, seguindo pelos temas Infraestrutura (7%) e Economia (4%). A exemplo disso, pode-se citar a redução de cadeiras da Câmara de Laranjeiras do Sul. Economia e Trâmites Legislativos foram por diversas vezes citados em comentários contrários à diminuição do número de vereadores, na justificativa de que menos representantes não significa necessariamente menos gasto, uma vez que o repasse Executivo será o mesmo. “Não é obrigado gastar. Tem Câmaras na região que devolvem no final do ano mais de um milhão. Essa mesa atual vai devolver esse ano mais que isso” (26/08/2019, às 22h57). Araucária também traz debates sobre infraestrutura, especialmente em relação a projeto de lei que visa renovar o contrato do município com a Sanepar.

Na oportunidade um munícipe explica porque é contra a rápida aprovação do plenário. “Visto que o contrato com a Sanepar encerra em 12 anos, renová-lo neste momento, sem apresentar, debater com a população e até mesmo, sem realizar um estudo técnico, demonstra pressa sim, nobre presidenta. Agora precisamos saber quais os motivos que levaram a tal decisão!” (20/08/2019).

Estes números e exemplos, por parte dos comentaristas, representam foco em dinâmicas políticas e nas decisões que ocorrem na esfera política de maneira bastante evidente, o que pode associar esta característica positiva dos comentários – que demonstra conhecimento do público sobre os assuntos da Câmara – ao efetivo papel das transmissões trazendo mais informação e transparência das ações realizadas pela instituição. Barreto (2019) já mencionava este papel para as TVs, o que pode ser traduzido para os casos estudados, pois percebe-se – por meio dos comentários – uma contribuição da ação efetivada pelas Câmaras. Para exemplificar, especialmente, o conhecimento sobre o ambiente político pode-se citar como exemplo o comentário “Saúde está abandonada. Posto do Industrial, Capela Velha acabou de fechar porque não votaram na CPI do HMA [Hospital Municipal de Araucária]. Omissos. População de Araucária está de olho e não vai deixar passar em branco o que vocês estão fazendo”. Este foi dito por um comentarista no dia 13 de agosto, logo após a CPI contra a empresa gestora do Hospital Municipal de Araucária ser rejeitada. O desabafo demonstra não somente o acompanhamento da pauta em debate naquele dia, mas conhecimento sobre os votos dos parlamentares e acerca da situação da saúde no município.

**Tabela 2 – Tema dos comentários**

<b>Tema</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Cumprimentos/Apresentação pessoal	135	44
Trâmites legislativos	103	34
Infraestrutura	22	7
Economia	12	4
Poder Executivo	11	4
Saúde	10	3
Agricultura	5	2
Educação	5	2
Total	305	100

Fonte: Elaboração própria, 2019

É perceptível, portanto, que os comentaristas utilizaram o espaço para apresentar anseios concernentes com a rotina do poder público, o que evidencia o papel do debate na efetiva comunicação pública, outro ponto ressaltado pela literatura supracitada. O dado pincela também a teoria inicial acerca do desenvolvimento do modelo de democracia a partir de Habermas (1997) sobre a deliberação, no sentido de encontrar um norte comum sobre o caminho mais válido, justo e legítimo de debater questões socialmente controversas, que considera a esfera pública como um ambiente apto para permitir a formação e apresentação de vontades coletivas, sentindo-se os comentaristas à vontade para falar sobre temas relacionados às tratativas em plenária ou mesmo

dos problemas do dia a dia do município. Não se trata de democracia deliberativa, mas de aspectos deliberativos que estão nas conversações digitais.

A próxima característica analisada buscou verificar a interação das Câmaras com o público, relacionado à existência de proximidade de forma direta entre comunidade e instituição, a exemplo de respostas, esclarecimentos sobre as pautas e demais perguntas. No entanto, as Câmaras Municipais não se manifestaram em quaisquer dos 305 comentários analisados, havendo ausência de tal de interação. Isso dialoga com a literatura que mostra que nem sempre as instituições estão aptas para o processo de diálogo, apesar de estarem presentes nas redes sociais. Além disso, muitas vezes o processo de conversação se dá entre os próprios cidadãos, não incluindo as instituições e nem os parlamentares. No caso dos parlamentares a explicação é que eles preferem cada vez mais meios próprios de informação, como suas redes digitais pessoais em vez das redes institucionais.

Uma possível explicação a isso pode ser a falta de disponibilidade para interagir, como apontado em pesquisa de Mendonça e Pereira (2018), ainda que isso tenha mudado parcialmente e algumas instituições públicas – tais como a Prefeitura de Curitiba e a Universidade Federal do Paraná – já usarem do diálogo com os seguidores de maneira recorrente. É importante mencionar que a presença de repostas das organizações é um fator relevante para o processo de relacionamento, explorado a partir da ótica das relações públicas e que demonstraria, de fato, laços de proximidade entre representantes e representados no caso estudado. Ainda que a conversa entre os participantes ainda assim seja importante para pensar processos democráticos e acessibilidade da informação, a imagem pública também é um fator importante para as instituições legislativas, como discutido anteriormente.

A variável seguinte considerou o tipo de abordagem dos comentadores, dividindo-as em duas categorias: “social” e “problema”, sendo a primeira sobre declarações de boas-vindas, apresentação pessoal e bate-papo em geral, por exemplo; enquanto isso, os comentários do tipo “problema” são aqueles focados no conteúdo do debate das sessões podendo apresentar opiniões, fatos, questionamentos acerca do tópico discutido, assim como discordâncias e concordâncias com os interlocutores e/ou com o conteúdo transmitido. Apesar de “social” apresentar mais da metade dos comentários, 47% dos comentários tinha relação com assuntos em pauta enquadrando-se como “problema”. Para exemplificar tem-se o seguinte comentário:

Alguém avisa que as leis são para harmonizar animais e humanos. O bem-estar humano em contato com o cão. Melhorar os locais para que fiquem melhores para o homem, quando este está em contato com os animais. Deixando em harmonia e salubre pra ambos, não privilegiando sempre um lado (20/08/2019).

Este foi feito por um comentador contrário ao projeto na Câmara de Curitiba que previa multar donos de cães que mantivessem os animais acorrentados. Outro comentário é relacionado

à infraestrutura da capital, no momento em que os vereadores cobram mais investimentos em planejamento urbano:

Nós aqui das Conseg/Amoem Mercês-Vista Alegre pedimos há mais de três anos os projetos do cruzamento Manoel Ribas X Jacarezinho, onde passa o Inter2. O IPPUC não comentou deste projeto. Irá resolver isso também já que a linha passa aqui? Por que não debater com a comunidade? (27/08/2019).

Este é um dado positivo para reforçar o potencial participativo das redes, mesmo que este processo de diálogo não tenha efeito direto nas decisões e nem inclua as próprias organizações na conversação, como constatado acima. Perto de metade dos comentários mostra que as pessoas estão preocupadas com as discussões e estão, minimamente, conectadas com os conteúdos das *lives*, o que mostra também um efeito da transmissão ao oferecer conteúdo que dá subsídio às conversações. Este também é um aspecto relevante, conforme assinalou Leston-Bandeira (2007), pois a democracia ocorre de maneira efetiva nas redes, especialmente no parlamento, a partir da concessão de canais para participação popular.

Verificando outra característica das conversações – a intensidade do julgamento moral dos participantes – percebe-se a ausência predominante de juízos a respeito das formas de agir dos outros participantes e ou legisladores em 78% dos casos. Exemplos de julgamento encontrados em 22% são: “tem vereadores mornos”, “Xandão está bem comprado” ou “[...] mais uma vez decepcionando o povo”. É importante ressaltar, ainda, que quase sempre esse juízo de valor é direcionado aos vereadores, a partir dos conteúdos e falas presentes nas transmissões. Apesar desse número (22%), os dados contrariam os pressupostos teóricos acerca da baixa admiração das Câmaras de Vereadores relatados por Silva e Christopoulos (2009), ao menos nas redes sociais digitais e nestes casos estudados. Embora o descontentamento possa ser maior que o apresentado quantitativamente, a população não utilizou a ferramenta para críticas em grande volume, conforme se poderia esperar dado o contexto trazido pela literatura que se debruça sobre estudos legislativos locais.

Em relação à ênfase em disputas políticas – quando a fragmentação política é criticada ou ao menos citada no comentário, incluindo as disputas das manifestações pró e contra as ações dos vereadores – os dados indicam 42% de comentários com presença de troca de razões nesse sentido. Trata-se, portanto, de um dado positivo do ponto de vista deliberativo, pois são comentários, mais uma vez, relacionados de alguma maneira a arena do debate político, mesmo que não necessariamente relacionado às proposições em disputa nas sessões ordinárias. Aparentemente, mostram que os cidadãos estão inseridos na esfera política, conhecendo um pouco do cenário político local.

A próxima variável examina a estratégia persuasiva do debate, subdividida em cinco aspectos, sendo elas: retórica propositiva, retórica crítica, retórica sedutora, retórica ético-moral e quando não há retórica. Este último caso trata de comentário de simples marcação ou então

caracterizado como social ou metaconversação, que chegou a representar 47% dos comentários. Esta subcategoria não trata do problema ou não está focada no convencimento do interlocutor (exemplos: bom dia! bom trabalho!), sendo, portanto, categorizada enquanto retórica social.

**Tabela 3 – Estratégia Persuasiva Dominante**

<b>Estratégia Retórica</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Retórica Social	142	47
Retórica propositiva	48	16
Retórica crítica	48	16
Retórica sedutora	37	12
Retórica ético/moral	30	10
Total Geral	305	100

Fonte: Elaboração própria, 2019

Conforme a tabela 2, os demais aspectos estão em equilíbrio, com destaque para retórica propositiva e crítica, com 16% cada. A primeira representa comentários de efeitos e consequências práticas, quando o debatedor mostra os fatos como são ou quando apresenta alguma proposta, a exemplo de “tem que reduzir o número de vereadores!”. Já a retórica crítica refere-se às críticas que tinham como foco principal os sujeitos, a exemplo de “seis vereadores ainda é muito” (26/08/2019).

De maneira geral, somados os aspectos persuasivos propostos, exceto nos 47% dos casos em que as estratégias não se aplicam, em 53% dos casos houve tentativa por parte do interlocutor em apresentar o seu ponto de vista acerca do debate, seja nos dois tópicos anteriormente abordados ou baseando seu posicionamento no “certo” e “errado”, conforme é o caso de retórica ético-moral (10%) ou buscando convencer o interlocutor através da persuasão por argumentos emocionais, conforme pressuposto em retórica sedutora (12%). De toda forma, é importante ressaltar o predomínio da proposição, o que mostra possíveis contribuições do processo participativo dos representados.

Na sequência, o artigo analisa a “postura do comentador” (Tabela 4), com destaque para a interação entre comentadores e a própria sessão que aparece em 55% das vezes. Esses dados vão ao encontro daqueles já apresentados, demonstrando que há posicionamentos do público e interação com temas políticos, evidenciando um diálogo pautado nos conteúdos transmitidos. Além disso, em 10% dos casos houve diálogo entre outros comentadores na esfera das transmissões ao vivo, com perguntas e respostas, concordâncias e complemento de questões levantadas.

É interessante observar que mesmo sem a interação institucional, o público segue dialogando com o próprio conteúdo das *lives*. Os dados contrariam a discussão teórica referente à participação limitada dos participantes, descrita por Dahlberg (2010) e Cervi (2013) em outros cenários analisados, que trata de dificuldades na interação por meio de ferramentas online, seja em relação ao conteúdo ou em relação aos demais usuários. Neste caso, os comentadores que

participaram de forma monológica chegaram a 34%, mas o diálogo com a sessão e entre os pares, somados, se sobressai em 65% dos casos, o que é um dado bastante acima daquele observado em outras pesquisas (MASSUCHIN; MITOZO; CARVALHO, 2018).

**Tabela 4** – Postura do comentador das *lives*

Postura	N	%
Diálogo com a sessão	169	55
Monólogo	105	34
Diálogo com outros comentadores	31	10
Total Geral	305	100

Fonte: Elaboração própria, 2019

Conforme reforçam Sampaio, Mendonça e Barros (2017), a conversação em espaços online funciona como uma arena em meio a processos discursivos, contribuindo para alimentar o debate tanto quanto aquele que se dá face a face. Esses dados, mostrados na tabela 4, reforçam um pressuposto previamente já relatado, sugerindo as *lives* enquanto um cenário potencial para a apresentação de anseios por parte da comunidade, que até então precisava se deslocar até as instituições para relatar suas demandas ou usar mecanismos mais formais de contato com as instituições legislativas municipais.

Em relação à variável seguinte, intitulada como “tipo de comentário” (tabela 4), chama atenção a inserção no debate a partir de críticas e elogios, apesar dos 67% que não se enquadram em quaisquer categorias. Críticas para vereadores somam 11%, enquanto elogios aos mesmos chegam a 10%, mostrando um equilíbrio na forma como tais são vistos pela comunidade no espaço das transmissões, reiterando que não uma visão tão negativa como aquela apresentada na literatura sobre os legisladores. Por outro lado, os dados mostram também a importância da figura do vereador no centro dessas *lives*, o *feedback* aos eleitores e reforçam, ainda, a relevância das transmissões no processo de dar mais transparência das atividades legislativas próprias de cada representante, já que este pareceu ser um dos anseios dos representados.

Como exemplo de comentário relacionado aos vereadores, pode-se citar: “Parabéns vereador Sete. Falou tudo. Quero ver quem vai querer cortar a própria carne” (27/08/2019). Tal comentário foi de um espectador no momento em que o referido parlamentar, contrário a redução de cadeiras na Câmara de Laranjeiras do Sul defendeu a apresentação de projeto de lei que, ao invés de diminuir cadeiras, reduziu os salários dos vereadores no sentido de certificar o corte de despesas e garantir a representatividade. O mesmo ocorre em Araucária, município que também foi destaque entre os comentadores. Uma espectadora da *live* parabeniza a presidente do Legislativo por criticar a renovação dos contratos com a Sanepar sem um efetivo diálogo com a população. “Isso mesmo vereadora Tatiane. Estão aí pelo povo e não dão voz ao povo. O povo deveria ter voz” (13/08/2019).



**Tabela 5** – Tipo de comentário feito pelos cidadãos

<b>Grupos</b>	<b>Tipo de Comentário</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Críticas	Crítica à Câmara	4	1
	Crítica à prefeitura	16	5
	Crítica ao tema em debate	9	3
	Crítica p/ vereadores	34	11
Elogios	Elogio à Câmara	1	0
	Elogio à Prefeitura	2	1
	Elogio ao tema em debate	3	1
	Elogio p/ Comentaristas	4	1
	Elogio p/ vereadores	29	10
Cumprimentos e apresentação pessoal		203	67
Total		305	100

Fonte: Elaboração própria, 2019

As instituições, por outro lado, são pouco citadas neste âmbito, o que pode retomar uma discussão sobre a personalização das transmissões e do papel das mídias legislativas neste processo. As Câmaras, por exemplo, não entram nas estatísticas de elogio, enquanto recebem 1% de crítica. No geral, as críticas se sobressaem e esses dados no geral mostram como há um julgamento dos atores e instituições quando estes adentram o espaço online, o que ajuda a entender o porquê de os políticos evitarem, muitas vezes, o diálogo. Vale ressaltar que a evidência de críticas também foi percebida no estudo de Massuchin, Mitozo e Carvalho (2017) quando se tratava de instituições jornalísticas analisadas.

Por fim, a tabela 6 faz referência ao pressuposto de reflexividade, que diz respeito ao tipo de comportamento e objetivo expresso na mensagem. Nesta variável foi considerada a concentração de interação enquadrada na categoria “progresso” (43%), a qual busca apresentar informações complementares ao debate ou quando a conversa não tenta persuadir e nem radicaliza. Ainda que haja 9% de radicalização dos comentários, este número é menor se comparado a outros cenários, o que torna positivo o ambiente de discussão dos comentários das Câmaras. A categoria menos presente foi “persuasão” (6%), ou seja, houve pouca tentativa de convencer o outro sobre os posicionamentos políticos, o que pode ser mais presente em períodos eleitorais do que durante mandatos.

**Tabela 6** – Reflexividade dos comentários

<b>Reflexividade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Progresso	131	43
Cumprimentos/Apresentação pessoal	108	35
Radicalização	26	9
Reforço de Opinião	24	8
Persuasão	16	5
Total Geral	305	100

Fonte: Elaboração própria, 2019

Os dados da tabela mostram, portanto, que há espaços online para conversações com características mínimas que remetem aos pressupostos do diálogo de Habermas (1997) e também à ideia de que é possível uma esfera pública digital (DALBERG, 2010), mesmo que haja algumas limitações como mostram os percentuais de radicalização e ausência de retórica. É preciso, portanto, considerar diferenças no que tange ao tipo de espaço e quem monitora este espaço. Os resultados encontrados, assim, podem ter relação com outros aspectos, como o fato de ser uma *live* e também por ser em uma página de uma instituição política, que poderia agregar já cidadãos previamente interessados por política, ainda que não haja superposters. De toda forma, assim como em fóruns temáticos e grupos fechados, o trabalho mostrou características importantes presentes nas conversações, reiterando o papel do Facebook como difusor de conteúdo – pelas transmissões – fomentando um diálogo qualitativo, com características importantes para o debate sobre política, mas lembrando sempre que o foco das conversações analisadas são interações entre os cidadãos.

## 6 Conclusões

O artigo propôs uma análise da conversação em páginas das Câmaras Municipais do Paraná, tendo como recorte municípios de distintos tamanhos e observando especificamente o diálogo a partir das sessões transmitidas pela página do Facebook da instituição. Ao apresentar uma análise de conteúdo dos comentários, partiu-se do pressuposto de que as sessões no Facebook representam um espaço que evidencia transparência da organização pública mediada pelas redes sociais e que isso também estimularia a conversação por serem conteúdos sobre decisões legislativas que suscitariam debate entre representantes e representados e os próprios cidadãos.

A partir do referencial teórico foram construídas as variáveis de análise usadas para categorizar 305 comentários coletados de 10 *lives* transmitidas por cinco municípios, a constar: Laranjeiras do Sul, Araucária, Cascavel, Maringá e Curitiba. Com base nos dados empíricos, chegou-se a resultados discutidos à luz da literatura, permitindo compreender características que trazem à tona questões bastante relevantes para compreender as potencialidades dos espaços de conversações das redes sociais para fomentar a discussão sobre política, corroborando no alcance da comunicação, sendo expandido cada vez mais através da evolução de mecanismos digitais e servindo enquanto fator responsável pela operacionalização de propostas.

Nesse sentido, por meio de diversas variáveis percebeu-se o percentual considerável de comentários que faziam referência a cumprimentos e saudações, em meio ao processo de diálogo sobre os temas das sessões transmitidas e complementando análises que representam um cenário em potencial no sentido de associar o meio online com o debate sobre as pautas referentes aos legislativos municipais. Isso fica perceptível a partir da observação dos temas e da postura do comentarista, que destacam a mínima compreensão sobre os trâmites legislativos, cobranças aos vereadores e conhecimento das pautas em votação. Isso indica, adicionalmente, que os cidadãos

acessam as *lives* e, por meio da mídia legislativa, obtém mais informação política.

Apesar de a literatura mostrar a pouca importância dada ao poder legislativo, especialmente o local, a atenção às sessões demonstra dados positivos sobre a relação que vem sendo criada entre representantes e representados e que é mediada pela tecnologia digital materializada pelas redes sociais. É importante mencionar, ainda, que há pluralidade de cidadãos comuns que dialogam, o que é evidente pela ausência de *superposters*. Isso mostra que não são representantes de instituições ou pessoas já ativas na esfera pública, que poderiam ter um engajamento que dominaria o debate.

Chama a atenção também a postura do comentador, que busca o diálogo associado aos trâmites legislativos, o que demonstra que está “conversando” com e sobre a sessão transmitida. Não são comentários que vão se distanciando do conteúdo da postagem como comumente acontece nas redes sociais digitais (CERVI, 2013). É perceptível o diálogo travado entre as sessões e o público, demonstrando que o conteúdo disponibilizado é absorvido e utilizado para mobilizar os argumentos e opiniões. Vale ressaltar o protagonismo dos cidadãos no debate, assinalando engajamento cívico que representa uma consciência individual e coletiva da importância dos rumos da comunidade. Por outro lado, trata-se de um engajamento quase que unilateral, em vista do silêncio das instituições e ausência dos parlamentares, rompendo o ideal de poder partilhado entre governantes e governados e requerendo uma reflexão sobre as possibilidades que esta partilha poderia trazer. Outro estudo pode buscar compreender, por exemplo, como que as solicitações e demandas do público por meio desses canais informais são ou não consideradas pela elite política.

Tem-se ainda, claramente, a busca por argumentos na troca de razões. Embora haja radicalização, referente à reflexividade, ela também não se sobressai, com somente 9%, o que está abaixo dos dados catalogados por outras pesquisas da área (MASSUCHIN; MITOZO; CARVALHO, 2018). Isso pode ser considerado relevante para pensar que informação disponibilizada pelas instituições públicas, ainda que em redes sociais, por trazer mais progresso às discussões, que foi uma característica que se sobressaiu na análise. É importante reiterar que o progresso se dava, seja com outros atores, seja com o conteúdo da própria *live*.

Quando as instituições públicas usam ferramentas de mídia – seja tradicional ou digital – elas permitem que mais informação circule e dê subsídio aos processos de conversação dos cidadãos com menos radicalização e também menos juízo de valor sobre os processos políticos. Menciona-se como relevante também, juntamente à baixa presença de juízo de valor, a discussão e apresentação de problemas que aparece em quase 50% dos comentários. Ainda que a proposta de sociabilidade, típica das redes sociais digitais predomine, a atenção aos problemas/questões políticas tem evidência também.

Percebe-se, portanto, a iniciativa dos cidadãos de fazer com que o debate progrida ao invés de aproximar-se da radicalização. Por outro lado, um dado negativo faz referência à

responsividade das instituições, pois não constaram argumentações vindas das administrações das Câmaras Municipais, que aparecem enquanto agentes passivos num cenário de deliberação entre os cidadãos. Em nenhuma das 10 *lives* houve manifestação das Câmaras Legislativas, o que mostra que nem sempre oferecer mais informação está aliado à estratégia de aproximação com os cidadãos, o que ainda é uma questão a ser desenvolvida pelas instituições.

É relevante mencionar que a investigação suscita que um conjunto maior de casos sejam analisados, para dar mais escopo ao trabalho ou para que se possa observar os dados de forma comparada, seja com outras regiões ou comparando a influência dos conteúdos das *lives* na intensidade e qualidade do debate. No entanto, esta análise já indica que quando as instituições legislativas usam das mídias digitais, em especial das redes sociais, para distribuir conteúdo institucional, as conversações seguem parâmetros mais positivos do que quando estas ocorrem em espaços operacionalizados por empresas jornalísticas, por exemplo. Além disso, é possível que dados sejam verificados em outras instâncias ligadas ao poder legislativo, como no Senado e na Câmara Federal, para ver se os resultados aqui encontrados podem ser generalizados para outros cenários. Por fim, e não menos importante, acredita-se que a pesquisa sobre estes parâmetros avaliativos busca corroborar no desenvolvimento de uma rede de pesquisa que observa engajamento e conversação online, além de contribuir para melhor compreensão das dinâmicas que envolvem os parlamentos locais.

## 7 Referências

- AGGIO, Camilo. Os candidatos ainda evitam a interação? Twitter, Comunicação Horizontal e Eleições Brasileiras. **E-Compós** (Brasília), v. 18, p. 1-22, 2015.
- AITAMURTO, Tanja; CHEN, Kaiping. The value of crowdsourcing in public policy making: epistemic, democratic and economic value. **The theory and practice of legislation**, v. 5, n. 1, p. 55-72, 2017. 2017.
- AMOSSY, Ruth. O intercâmbio polêmico em fóruns de discussão online: o exemplo dos debates sobre as opções de ações e bônus no jornal Libération. **Comunicação e Sociedade**, v. 19, p.319-335, 2011.
- ANDRÉS, Roberto Rodríguez. Parlamentarios 2.0: Presencia y Actividad De Diputados y Senadores Españoles En Las Redes Sociales. RUBIO NÚÑEZ, Rafael (coord.). **Parlamentos abiertos: tecnología y redes para la democracia**. Madrid: Congreso de los Diputados, p. 235-276, 2014.
- ASHER, Molly; LESTON-BANDEIRA, Cristina; SPAISER, V. Do Parliamentary Debates of e-Petitions Enhance Public Engagement With Parliament? An Analysis of Twitter conversations. **Policy & Internet**, v. 11, n.2, p.150-171, 2019.
- BARRETO, Rachel. Transmissões ao vivo nas TVs legislativas: das exigências de transparência aos desafios atuais. **E-Legis**, Brasília, v. 12, n. 29, p. 29-50, 2019.
- BARROS, Antônio; BERNARDES, Cristiane B.; RODRIGUES, Malena. Atuação parlamentar virtual: As estratégias dos deputados federais em seus websites. **E-Legis**, Brasília, n. 16, p. 18-42, jan./abr. 2015.
- BERNARDES, Cristiane B.; LESTON-BANDEIRA, Cristina. Information vs Engagement in

parliamentary websites; a case study of Brazil and the UK. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n.59, p.91-107, setembro, 2016.

BERROCAL, Salomé; REDONDO, Marta; CAMPOS-DOMÍNGUEZ, Eva. Prosumidores mediáticos en la comunicación política, el *politainment* en YouTube. **Comunicar: Revista científica iberoamericana de comunicación y educación**, n.43, p. 65-72, 2014.

BERTOT, John, JAEGER, Paul; GRIMES, Justin (2010). Using ICTs to create a culture of Transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. **Government Information Quarterly**, v. 27, n. 3, p.21-35.

Boyd, Danah; Ellison, Nicole. (2008). Social Network Sites Definition, History, and Scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n.45, p. 210-230.

BROOKE, Heather. Inside the digital revolution. **Journal of International Affairs**, v. 70, n. 1, p.29-53, 2016.

CAMPOS-DOMINGUEZ, Eva. Historia Del Parlamento 2.0. En: Rubio, Rafael (Ed). **Parlamentos Abiertos: tecnología y redes para la democracia**. Madrid: Congreso de los Diputados, 2014.

CAPONE, Letícia; Mannheimer; ITUASSU, Arthur; LIFSCHITZ, Sérgio; MANNHEIMER, Vivian. Superposters, especialização e serviço: a Primeira Consulta Pública do Marco Civil da Internet no Twitter. **Revista Fronteiras**, v. 19, n. 36, p. 263-276, 2017.

CARVALHO, Fernanda Cavassana; MASSUCHIN, Michele Goulart; MITOZO, Isabele. Radicalização nas redes sociais: comentários no Facebook durante a disputa presidencial em 2014 no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. LIII, p. 898-926, 2018.

CERVI, Emerson Urizzi. Como os webleitores do 'Portal Estadão' comentaram a eleição de Dilma Rousseff em 2010. **Explanans**, v. 2, n. 4, p. 75-99, 2013.

DAHLBERG, Lincoln. Cyber-libertarianism 2.0: A Discourse theory/critical political economy examination. **Cultural Politics**, v. 6, n. 3, p. 331-356, 2010.

DAHLGREN, Peter. **Media and Political Engagement: Citizens, Communication, and Democracy**, New York: Cambridge University Press, 2009.

FERBER, Paul; FOLTZ, Franz; PUGLIESE, Rudy. Cyberdemocracy and online politics: A new model of interactivity. *Bulletin of Science, Technology & Society*, v.27, n.5, p. 391-400, 2007.

GRAHAM, Todd. Needles in a haystack: a new approach for identifying and assessing political talk in non-political discussion forums. **Javnost - The Public**, v. 15, n. 2, p. 17-36, 2008.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, 1995. p.39-53.

HERMIDA, Alfred. *Twittering the News*. **Journalism Practice**, v.4, n.3, 297-308, 2010.

HJARVARD, Stig. *A midiatização da cultura e da sociedade*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

HONG, Souman. Online news on Twitter: Newspapers' social media adoption and their online readership. **Information Economics and Policy**, n. 24, 69-74, 2012.

JANSSEN, Davy; KIES, Raphael. **Online forums and deliberative democracy: hypotheses, variables, and methodologies**. Conference on "Empirical Approaches to Deliberative Politics", European University Institute, Florence, 22-23, May 2004.

KARLSSON, Martin, and Joachim Åström. Social media and political communication. **Journal of Language and Politics**, v.17, n. 2, p.305-323, 2018.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. *Parliament and Public Engagement*. **Exploring Parliament**. 2018. Disponível em: <https://www.oxfordpoliticstrove.com/view/10.1093/hepl/9780198788430.001.0001/hepl->

9780198788430-chapter-29. Acesso em: 13 mar. 2020.

LESTON-BANDEIRA, Cristina.; THOMPSON, Louise. Integrating the view of the public into the formal legislative process: public reading stage in the UK House of Commons. **The Journal of Legislative Studies**, v.23, n.4, 2017.

LILLEKER, Darren. **Key Concepts in Political Communication**. London: Sage, 2006.

MARQUES, Jamil; AQUINO, Jakson Alves de; MIOLA, Edna. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v.20, n.2, 2014.

MASSUCHIN, Michele Goulart; MITOZO, Isabele; CARVALHO, Fernanda Cavassana. Debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em posts jornalísticos na eleição presidencial de 2014. **Opinião Pública**, v. 23, p. 459-484, 2017.

MENDONCA, Ricardo; BARROS, Samuel Anderson Rocha; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Módulo de Deliberação online de curso de Democracia Digital**. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

MERKOVITY, Norbert. Towards self-mediatization of politics: Parliamentarians' use of Facebook and Twitter in Croatia and Hungary. In **Social Media and Politics in Central and Eastern Europe**. London: Routledge, 2017, p. 64-80.

MITOZO, Isabele. B.; MARQUES, Francisco. P. J. A. . Context Matters! Looking Beyond Platform Structure to Understand Citizen Deliberation on Brazil's Portal e-Democracia. **Policy & Internet**, v. 11, p. 1-21, 2019.

OLIVEIRA, Paula Andressa de. Legislativo em rede: uma proposta de análise empírica sobre a apropriação das câmaras municipais paranaenses no Facebook. In: Workshop Em Comunicação E Comportamento Político, Novas Mídias E Opinião Pública, 3, 2019, Curitiba. **Anais... Curitiba: UFPR**, 2019. p 57-68.

PAPACHARISSI, Zizi. Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. **New Media and Society**, v.6, n.2, p. 259- 283, 2004.

PEČARIČ, M. Can a group of people be smarter than experts? **The theory and practice of legislation**, v.5, n.1, p.5-29, 2017.

PORTILLO, Jose; FERNÁNDEZ, Manoel. Parlamentos en Twitter. Análisis de los contenidos y la interactividad en @Congreso\_Es y @HouseofCommons. **Revista Comunicação Midiática**, v. 8, n. 2, p.232-259, 2013.

RANCHORDÁS, S.; VOERMANS, W. Crowdsourcing legislation: new ways of engaging the public. **The theory and practice of legislation**, v.5, n.1, p.1-4, 2017.

RECUERO, Raquel . Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso** (Unisinos. Online) , v. 28, p. 114-124, 2014.

RIZZOTTO, Carla Cândida; FERRACIOLI, Paulo; BRAGA, Leila. Como elxs discutem questões de gênero? Análise do potencial deliberativo de discussões online sobre feminismo. **Contemporanea**, v. 15, p. 352-377, 2017.

SAMPAIO, Rafael; MAIA, Rousiley; MARQUES, Jamil. Deliberações ampliadas ou restritas: perspectivas de integração. **Comunicação & Sociedade**, n. 55, p. 203-229, jan./jun. 2011.

SAMPAIO, Rafael. Participação Política e Os Potenciais Democráticos da Internet. **Revista Debates**, Porto Alegre, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, Victor; CHRISTOPOULOS, Tania. Comunidades Virtuais de Aprendizagem e de Prática: Um Estudo de Caso do Interlegis – A Comunidade Virtual do Poder Legislativo. In:

ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO, 2., 2009, Recife. **Anais...** Recife: Anpad, 2009. p. 1 – 16.

STROMER-GALLEY, Jennifer. On-Line Interaction and Why Candidates Avoid It. **Journal of Communication**, v. 50, n.4, 2000.

SUNSTEIN, Cass. **Republica.com**: internet, democracia y libertad. Barcelona: Paidós, 2001.

WILLIAMSON, Andy, FALLON, Freddy. Transforming the Future Parliament Through the Effective Use of Digital Media. **Parliamentary Affairs**, v.64, n.4, 781–792, 2011.

WRIGHT, Scott. From “Third Place” to “Third Space”: Everyday Political Talk in Non-Political Online Spaces, **Javnost - The Public**, v.19, n.3, pp. 5-20, 2012.

YOUNG, Iris Marion; Communication and the other: Beyond deliberative democracy. In: BENHABIB, Seyla. **Democracy and difference: Contesting the boundaries of the political**, n. 31, 120-135. Princeton: Princeton University Press, 1996.

Artigo recebido em: 2019-12-21

Artigo reapresentado em: 2020-04-02

Artigo aceito para publicação em: 2020-04-19